

PAGAMENTO

Portal do Conhecimento/ Sumulas / Sumulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SÚMULA TJ Nº 300

"EM RESPEITO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA ISONOMIA, OS SERVENTUÁRIOS QUE NÃO INTEGRARAM O POLO ATIVO DA AÇÃO ORDINÁRIA Nº. 002420 36.1988.8.19.0000, FAZEM JUS, A EXEMPLO DOS AUTORES DA REFERIDA AÇÃO, AO REAJUSTE DE 24% EM SEUS VENCIMENTOS, BEM COMO À PERCEPÇÃO DAS DIFERENÇAS, A SEREM PAGAS DE UMA ÚNICA VEZ, DEVIDAMENTE CORRIGIDAS DESDE A DATA DO PAGAMENTO EFETUADO ÀQUELES, COMPENSANDO SE OS VALORES JÁ QUITADOS, POR FORÇA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2010.259214, OBSERVADA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, A CONTAR DA PROPOSITURA DE CADA DEMANDA, BEM COMO AS CONDIÇÕES PESSOAIS E FUNCIONAIS DE CADA SERVENTUÁRIO, INCIDENTE IMPOSTO DE RENDA E VERBAS PREVIDENCIÁRIAS POR SE TRATAREM DE DIFERENÇAS VENCIMENTAIS. "

REFERÊNCIA: UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA Nº. 0064836 60.2012.8.19.0000 JULGAMENTO EM 02/12/2013 - RELATOR: DESEMBARGADOR CLAUDIO DE MELLO TAVARES. VOTAÇÃO POR MAIORIA.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA TJ Nº 319

"É ADMISSÍVEL O CONDICIONAMENTO DA DEVOLUÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO AO PAGAMENTO DE CUSTAS DE REBOQUE, DIÁRIAS (LIMITADAS A TRINTA DIAS E SEM PREJUÍZO DA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO APREENDIDO EM DEPÓSITO APÓS O PERÍODO MENCIONADO) E MULTAS VENCIDAS PENDENTES. "

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. [0063254 59.2011.8.19.0000](#) JULGAMENTO EM 30/06/2014 - RELATOR: DESEMBARGADOR EDSON QUEIROZ SCISINIO DIAS. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA TJ Nº 321

"É CABÍVEL A LIBERAÇÃO DE VEÍCULO APREENDIDO SEM O PAGAMENTO DA MULTA AINDA NÃO EXIGÍVEL OU COM A EXIGIBILIDADE SUSPensa."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. [0063254 59.2011.8.19.0000](#) JULGAMENTO EM 30/06/2014 - RELATOR: DESEMBARGADOR EDSON QUEIROZ SCISINIO DIAS. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA TJ Nº 358

"NO CASO DE PAGAMENTO ANTECIPADO DAS PARCELAS VINCENDAS, CONSTITUI DIREITO DO CONSUMIDOR A DEDUÇÃO DO VALOR DEVIDO REFERENTE AOS JUROS INCORPORADOS ÀS PRESTAÇÕES MENSASIS."

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. [0061460-61.2015.8.19.0000](#) - JULGAMENTO EM 31/10/2016 - RELATOR: DESEMBARGADOR NAGIB SLAIBI. VOTAÇÃO UNÂNIME.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STJ Nº 547

NAS AÇÕES EM QUE SE PLEITEIA O RESSARCIMENTO DOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO CONSUMIDOR NO CUSTEIO DE CONSTRUÇÃO DE REDE ELÉTRICA, O PRAZO PRESCRICIONAL É DE VINTE ANOS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002, O PRAZO É DE CINCO ANOS SE HOUVER PREVISÃO CONTRATUAL DE RESSARCIMENTO E DE TRÊS ANOS NA AUSÊNCIA DE CLÁUSULA NESSE SENTIDO, OBSERVADA A REGRA DE TRANSIÇÃO DISCIPLINADA EM SEU ART. 2.028.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Elaborado e disponibilizado pela Equipe do Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento da
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br